PAUTA
PARA A 3ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Altera o inciso II, do artigo 44 da Lei Complementar nº 207, de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1225, de 2013, que dispõe sobre a promoção de Oficiais da Polícia Militar, nas condições que especifica.

3 - Projeto de lei nº 1, de 2017, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a "Semana Estadual do Rim, do Combate a Insuficiência Renal Crônica e do Paciente Transplantado".

4 - Projeto de lei nº 2, de 2017, de autoria do deputado Edson Giriboni. Torna obrigatório a realização de um Seguro Garantia nas obras, projetos e serviços contratados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista no Estado.

5 - Projeto de lei nº 3, de 2017, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dispõe sobre o horário de funcionamento dos radares nas vias urbanas e rodovias do Estado.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 1, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos das Resoluções SE nº 65, de 19/12/2016, nº 69, de 19/12/2016 e nº 02, de 06/01/2017.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 18, de 2016, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a suspensão condicional do procedimento disciplinar no âmbito da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei nº 939, de 2016, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado.

3 - Projeto de lei nº 940, de 2016, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Edelcio Leme de Almeida" ao complexo viário localizado no km 243, da Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Junior - SP 318, em São Carlos.

4 - Projeto de lei nº 941, de 2016, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica Jaguariúna como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 942, de 2016, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 943, de 2016, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Serviço dos Grupos de São Paulo - ASGSP - Narcóticos Anônimos (NA)", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 944, de 2016, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a proteção da fauna nativa e exótica no Estado.

8 - Projeto de lei nº 945, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Torna obrigatório a inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - na grade curricular das instituições de ensino do Estado.

9 - Projeto de lei nº 946, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Institui a "Semana para Sensibilização e Defesa da Educação Inclusiva de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais", no ensino público e privado do Estado.

10 - Projeto de lei nº 947, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 948, de 2016, de autoria do deputado Orlando Morando. Obriga as concessionárias das rodovias do Estado a arcarem com as despesas médicas oriundas de acidentes ocorridos em suas respectivas rodovias.

12 - Projeto de lei nº 949, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Barra do Turvo.

13 - Projeto de lei nº 950, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Sete Barras.

14 - Projeto de lei nº 951, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Pedro de Toledo.

15 - Projeto de lei nº 952, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Pariquera-Açu.

16 - Projeto de lei nº 953, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Miracatu.

17 - Projeto de lei nº 954, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Juquiá.

18 - Projeto de lei nº 955, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Jacupiranga.

19 - Projeto de lei nº 956, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Ilha Comprida.

20 - Projeto de lei nº 957, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Eldorado.

21 - Projeto de lei nº 958, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Cananéia.

22 - Projeto de lei nº 959, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Cajati.

23 - Projeto de lei nº 960, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a implantar o "Programa Vila Dignidade" em Iguape.

24 - Projeto de lei nº 961, de 2016, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a "Associação Viver Melhor do Jardim Miriam", na Capital.

25 - Projeto de lei nº 962, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - a produtos alimentícios industrializados que tenham como público alvo os portadores de diabetes.

26 - Projeto de lei nº 963, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Institui a "Semana Estadual de Prevenção, Controle e Combate à Diabetes", no Estado.

27 - Projeto de lei nº 964, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Obriga a realização do teste de glicemia capilar em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

28 - Projeto de lei nº 965, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde.

29 - Projeto de lei nº 966, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Obriga a realização de exame oftalmológico para diagnóstico de miopia, astigmatismo, hipermetropia, daltonismo, ceratocone e demais patologias oculares em alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

30 - Projeto de lei nº 967, de 2016, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Dá a denominação de "João Afonso Lucchetta" à passarela localizada no km 91 + 450m da Rodovia Presidente Castelo Branco - SP 280, em Sorocaba.

31 - Projeto de lei nº 968, de 2016, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre a proibição da limitação de dados em serviços de Banda Larga em todo o Estado.

32 - Projeto de lei nº 969, de 2016, de autoria do deputado Teonilio Barba. Dispõe sobre a isenção da carga tributária do ICMS sobre equipamentos de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiências físicas, mentais e visuais no Estado.

33 - Projeto de lei nº 970, de 2016, de autoria do deputado Roque Barbiere. Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 17, de 2016, de autoria da Mesa. Cria a Controladoria-Geral da Assembleia Legislativa.

2 - Projeto de lei nº 935, de 2016, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública a "APC - Associação Brasileira de Desenvolvimento de Projetos Culturais", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 936, de 2016, de autoria da CPI Obesidade Infantil. Institui medidas para o enfrentamento da obesidade infantil.

4 - Projeto de lei nº 938, de 2016, de autoria do deputado Luiz Fernando. Dá a denominação de "Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns" ao atual "Parque da Juventude", na Capital.

5 - Moção nº 79, de 2016, de autoria do deputado Léo Oliveira. Aplaude o trabalho desenvolvido pelos policiais Sargento de Paula (Vinicius Belém de Paula), Soldado Ribas (Luan Ribas Alcântara), e Soldado Daniel (Daniel Lopes Ramos Bacural), membros da Cia. Força Tática do 3º BPMI de Ribeirão Preto, especialmente pelos atos praticados em 14 de dezembro de 2016, ocasião em que, até a chegada de socorro especializado, prestaram atendimento de urgência a um senhor de 72 anos em parada cardiorrespiratória, em ação decisiva para a preservação de sua vida.

6 - Moção nº 80, de 2016, de autoria da CPI Obesidade Infantil. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que determine aos órgãos competentes, especialmente nas áreas da Educação e da Saúde Pública, a adoção de medidas que representem, ainda, maior afinco, por parte da Administração Federal, no enfrentamento da complexa problemática da obesidade infantil.

7 - Moção nº 81, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Aplaude o apresentador Senor Abravanel - Silvio Santos, pelo importante trabalho difusor da comunicação que incendeia de esperança e alegria o coração de todos nós.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 929, de 2016, de autoria do deputado Marcos Damasio. Dá a denominação de "Ruth Alves Lima" ao trevo localizado no km 138 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Porto Feliz.

2 - Projeto de lei nº 930, de 2016, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Dispõe sobre a contratação de percentual mínimo de trabalhadores idosos nos quadros funcionais de empresas privadas no Estado.

3 - Projeto de lei nº 931, de 2016, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Obriga os Órgãos do Governo e as Empresas de Economia Mista do Estado a certificarem a veracidade das declarações emitidas por empresas ou cooperativas/associações participantes de licitação pública em quaisquer modalidades, independente de exigência no edital.

4 - Projeto de lei nº 932, de 2016, de autoria do deputado Celso Nascimento. Altera a Lei nº 13.550, de 2009, que dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado.

5 - Projeto de lei nº 933, de 2016, de autoria do deputado Edmir Chedid. Torna obrigatório o oferecimento opcional do ensino da "Linguagem de Programação de Códigos" pelas escolas públicas e privadas do Estado.

6 - Projeto de lei nº 934, de 2016, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Prof.ª Miryan Leopoldina Caramurú de Castro Monteiro" à Escola Estadual de Ensino Médio do Jardim dos Oitis, em Araraquara.

7 - Moção nº 78, de 2016, de autoria do deputado Chico Sardelli. Apela para o Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente do Senado Federal, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos demais Líderes Partidários com representação nestas Casas de Leis, no sentido de que envidem todos os esforços para que os membros da Guarda Civil Municipal sejam excluídos da PEC 287, de 2016, a fim de que a garantia de seus direitos previdenciários possam ser discutidos em momento oportuno conjuntamente com as demais forças de segurança pública.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 51, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 898, de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e a Lei Complementar nº 959, de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Agente de Segurança Penitenciária.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 6, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Orlando Morando e outros. Dispõe sobre a transição de mandato pelos Prefeitos e Vereadores presidentes de câmaras municipais no Estado.